

Recebimento: 20/10/2018

Aceite: 14/11/2018

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO NO CAMPO: CASO DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLAS NO TBP-TOCANTINS

Keile Aparecida Beraldo¹
Lina Maria Gonçalves²

Resumo

Uma política pública se concretiza com a participação ativa do estado e da sociedade civil, o que a faz, muitas vezes, campo de lutas e resistência. Em relação à educação para as pessoas que vivem no/do campo, os avanços têm sido conquista dos movimentos sociais. As Escolas Família Agrícolas (EFA) são exemplo de como a participação organizada de uma população pode criar nova conjuntura política e condições necessárias para o desenvolvimento da região. A partir de dados coletados *in loco*, por meio de entrevistas e observação, este artigo apresenta o processo de implantação de duas EFA, no Território Bico do Papagaio, no Tocantins (TBP), região com histórico de luta pela terra, e consequentemente, de uma cultura de organização e resistência. Uma EFA foi inaugurada no ano de 2016, depois de muitos percalços. A outra permanece como meta a ser alcançada.

Palavras chave: Organização Social, Resistência, Participação, Sociedade Civil, Desenvolvimento Territorial.

PUBLIC POLICIES AND EDUCATION IN THE COUNTRYSIDE: THE CASE OF AGRICULTURAL FAMILY SCHOOLS IN PBT-TOCANTINS

Abstract

A public policy is accomplished with the active participation of the state and the civil society, which often creates struggle and resistance. Regarding the education for people living in the countryside, advances have been obtained by social movements. The Agricultural Family Schools (AFS) are examples of how the organized participation of a population can create new political scenario and the necessary conditions for the development of the region. Based on data collected *in loco*, by means of interviews and observation, this article presents the process of implementation of two AFS, in the Bico do Papagaio Territory in Tocantins (PBT), a region with a history of struggle for land, and

¹ Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal do Tocantins, Brasil. E-mail: keile@mail.uft.edu.br

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Brasil. E-mail: lina.mg@uft.edu.br

consequently, a culture of organization and resistance. One of the AFS was inaugurated in 2016, after many mishaps. The other remains as a goal to be achieved.

Keywords: Social Organization, Resistance, Participation, Civil Society, Territorial Development.

Introdução

Inicialmente cabe destacar política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o estado em ação ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no curso dessas (SOUZA, 2006). Nesta perspectiva, nenhuma política pública se concretiza sem a participação ativa do estado e da sociedade civil, o que a faz, muitas vezes, campo de organização social, participação ativa e coordenada de vários atores sociais e resistência, no sentido de resiliência ante os percalços encontrados na realização das metas estabelecidas.

Entretanto, sabe-se que a participação da sociedade civil é recente na história brasileira. Fazendo uma retrospectiva histórica das políticas públicas no meio rural, constata-se que, até a década de 80, predominaram as políticas de intervenção centralizada do Estado, tanto pela ação da burocracia ou pela atuação de políticos populistas de setores oligárquicos conservadores. No Brasil, a Ditadura Militar, se orgulhou de ter elevado significativamente os indicadores sociais, mas durante os vinte anos do regime, os representantes da sociedade civil não encontraram espaço na arena pública para discutir e participar na construção de políticas sociais. Neste contexto, o estado é considerado suficiente, seus serviços não são encarados como direitos e sim uma espécie de concessão do poder ou de intermediação institucional ou político-partidária, aos cidadãos, seja da zona urbana ou rural (GRISA; SCHENEIDER, 2015).

Com a abertura democrática e mais especificamente após a Constituição de 1988, começou uma segunda geração de políticas públicas para o meio rural, denominadas políticas universais, que predominaram na década de 90. Tais políticas basearam-se na ideia célebre do “direito do cidadão, dever do Estado”. Nesta geração de políticas públicas, o estado não é considerado suficiente, porém cumpre um exclusivo papel assistencialista. Embora geradoras de ações focalizadas em públicos específicos, as políticas universais, ainda foram concebidas de forma centralizada, enfatizando-se sempre, e não por acaso, os bilhões destinados para programas de previdência social, saúde e saneamento, educação, qualificação para o trabalho, combate à pobreza e distribuição de terra e de renda, os quais compõe uma “rede” de proteção social (GRISA; SCHENEIDER, 2015).

A partir do ano de 2002, muitas mudanças ocorreram nas políticas públicas especialmente no tocante à participação da sociedade civil. Começa aí a terceira geração de políticas públicas para o meio rural, com “foco na segurança alimentar e na sustentabilidade” (GRISA; SCHENEIDER, 2015). Muitos atores, especialmente os vinculados aos movimentos sociais e à sociedade civil em geral, até então marginais, tornaram-se dominantes na construção e institucionalização de políticas públicas para o meio rural.

A partir de 2003, o governo brasileiro adotou o recorte teórico-metodológico e empírico territorial para articular as políticas destinadas ao meio rural, com foco na agricultura familiar. Esse modelo de desenvolvimento tem sido uma tentativa de minimizar as disparidades sociais pela articulação de políticas públicas, destinadas ao meio rural.

Neste contexto, foram criados muitos territórios em todo o Brasil, visando atender às áreas com maiores demandas para os agricultores familiares e que apresentavam maiores problemas com questões agrárias, como a luta pela posse da terra e violência no campo. O Território do Bico do Papagaio, no Tocantins (TBP-TO) foi o primeiro instituído no estado do Tocantins e vários projetos de Infraestrutura (PROINF), via Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), foram propostos e desenvolvidos na região.

Os dados usados neste artigo são parte da pesquisa de doutorado de Beraldo (2016), que investigou indicadores de desenvolvimento territorial, a partir da implantação dos projetos PROINF. Foram coletados entre os anos de 2014 – 2015, por meio de entrevista participativa com membros do Colegiado do TBP-TO, sociedade civil, beneficiários dos projetos PROINF e, também por meio da observação *in loco*, durante visitas a 11 (onze) projetos do TBP-TO, dentre eles 2 (dois) projetos de Escolas Família Agrícolas (EFAs).

Durante as referidas visitas, a mobilização social em torno dos projetos das EFAs, colocou tais projetos em evidência, como resultantes de aspirações antigas da população. Evidenciaram, também, as expectativas criadas em torno destas escolas, como projetos com potencial para o desenvolvimento do território, apesar das muitas dificuldades enfrentadas para a construção das escolas e consolidação dos projetos.

Corroborando com os fatos observados, a concepção de desenvolvimento defendida por Favareto (2007, p. 77) para quem o desenvolvimento de uma sociedade deve ser entendido como evolução “de uma configuração histórica determinada”. Sendo histórico não é linear, ou seja, a evolução “pode se dar em diferentes direções, aproximando-se ou distanciando-se do ideal contido no projeto normativo do desenvolvimento como melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais de um dado país, região ou grupo social”.

Em relação ao determinante histórico, dois aspectos merecem destaque.

1) Historicamente, as políticas públicas para o meio rural se restringiram às políticas agrárias e agrícolas, desconsiderando as questões sociais, culturais, ambientais, dentre outras.

2) A população do TBP – TO tem um histórico de luta pela terra, e conseqüentemente, uma cultura de organização e resistência contra os desmandos dos coronéis.

As características da população, seus objetivos, formas de ocupação e dinâmicas de migração são fatores que interferem no desenvolvimento rural, portanto, a história da população deste território está mais bem explicitada, a seguir.

Território bico do papagaio – tbt

A história da região do Bico do Papagaio guarda estreito vínculo com a luta pela terra, o que influenciou sua forma de organização e gestão, com aspectos ideológicos e políticos, o que a torna diferente de outros contextos do país. Durante as pesquisas evidenciou-se que, no Bico do Papagaio, ainda está muito presente a cultura do coronelismo e as práticas patrimonialistas fazem parte do cotidiano da região, influenciando as escolhas políticas, o que, conseqüentemente, dificulta o processo de participação democrática.

Segundo Soares (2009) e Rocha (2011), houve uma contribuição dos ciclos da seca no Nordeste para o avanço dos agricultores em direção à Amazônia e a ocupação da região do Bico do Papagaio. Esse processo se deu em três momentos.

No primeiro momento, início do século XIX, houve a busca de pastagens para o gado. No segundo momento, com a “Marcha para o Oeste”, no governo Getúlio Vargas, que coincidiu com a construção da Rodovia BR 153, Belém-Brasília, na década de 1950. E, em um terceiro momento, nos anos de 1960 a 1980, período determinado pela política de colonização em áreas estratégicas da Amazônia, consideradas um instrumento de controle dos conflitos pela terra.

Destacam-se, ainda, dois importantes acontecimentos nessa configuração espacial: “o regime militar e a Guerrilha do Araguaia, na região do Araguaia/Tocantins, entre os anos de 1970 a 1974, período em que a região passou a ser considerada como área de segurança nacional.” (ROCHA, 2011, p. 65).

O Bico do Papagaio foi marcado por intensos conflitos agrários pela posse da terra, durante as décadas de 1970 a 1980, onde se opunham de um lado os trabalhadores rurais em sua maioria oriundos dos fluxos migratórios da região nordeste do Brasil e, do outro, os fazendeiros e investidores provindos da região centro/sul do país. Os segundos se apropriaram de grandes extensões de terra para a prática da pecuária de corte, motivados pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal como forma de promover o crescimento econômico e a ocupação da Amazônia (BRASIL, PTDRS, 2006; SOARES, 2009; ROCHA, 2011).

A ocupação da Amazônia, a sensibilização ecológica mundial, a partir da década de 1970 e o interesse sobre essas questões fizeram com que o governo brasileiro sofresse pressões internacionais, que cobravam providências com relação aos conflitos no campo. O ponto chave foi a morte do mártir Padre Josimo, em maio de 1986. No mesmo período os movimentos sociais ambientalistas reivindicavam do governo ações para inibir o desmatamento e políticas públicas destinadas à proteção dos meios de vida das populações locais.

Com a criação do estado do Tocantins, em 1989, muitos municípios foram desmembrados dando origem a vários outros. A região dos 12 municípios, localizados no extremo norte do TBP-TO,

ficou conhecida como polo pioneiro do Bico do Papagaio³. Mas, o TBP-TO é formado por 25 municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis. E tem um Colegiado com cinquenta membros, dois de cada município, sendo um representante da sociedade civil e outro do poder público.

O TBP-TO ocupa uma área de 403.132 ha, dos quais 11.036 ha são cultivados com culturas temporárias e 1.041 ha com culturas permanentes. Segundo a SDT/MDA, a população do Território do Bico do Papagaio, em 2010 somava 196.430 habitantes, dos quais 66.363 residem na área rural, o que corresponde a 33,80% do total. Possuía em torno de 7.201 agricultores familiares, 5.732 famílias assentadas e 2 (duas) terras indígenas. Portanto, a população apresenta fortes características consideradas rurais, além de características de mobilização e participação ativa em torno de seus objetivos de desenvolvimento.

No período de 2003 a 2011 o estado do Tocantins recebeu 179 projetos, financiados via PRONAT e PTC, 41 de custeio e 138 de investimentos, distribuídos entre os 5 (cinco) territórios⁴ criados entre 2003 e 2008. Nesse período, no TBP-TO foram financiados 31 PROINF pelo MDA. A maior parte desses recursos foi aplicada em atividades que beneficiaram a população pobre rural, com ações que potencializam a identidade territorial, a gestão social e a força da agricultura familiar. Destes, 2 (dois) são projetos de EFAs.

As observações das experiências de construção e implantação dos projetos PROINF no TBP-TO permitiram reflexões importantes sobre a intervenção pública e a organização da sociedade civil para o desenvolvimento territorial, explicitando as formas de resistência da sociedade, o processo nada linear de desenvolvimento, bem como a prevalência do conservadorismo. Para aprofundar o debate sobre a questão, este artigo tem o objetivo apresentar os dois projetos de cunho educacional (EFAs) e analisar os fatores considerados determinantes para o desenvolvimento territorial, especialmente no tocante à participação organizada da população, como instrumento de resistência capaz de provocar redefinições na maneira de fazer política e contribuir para o avanço rumo à configuração do poder popular, frente ao conservadorismo dominante.

Porém, antes de apresentar e analisar os referidos projetos cabe uma breve explanação sobre as políticas públicas para a educação no campo e situar as EFAs, neste contexto.

Políticas públicas para educação no campo

De acordo com Cavalcanti (2009) tratar a Educação do Campo como uma política pública implica pensar, em primeiro lugar, ações educacionais de forma ampliada, não somente quanto à demanda histórica por educação nas áreas rurais, mas também no que se refere aos diversos níveis e modalidades de educação, considerando ainda a diversidade étnica, cultural, ambiental e social do campo.

Entretanto as políticas públicas para a educação no campo, por muito tempo, foram relegadas a segundo plano. Historicamente, não houve empenho do poder público para implantar um sistema de educação adequado às necessidades do campo.

No Brasil, a preocupação com a educação do campo surgiu somente nos anos de 1960, em função do intenso êxodo rural que influenciava o processo de urbanização, ao provocar um crescimento desorganizado e acelerado nas cidades. Neste contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1961, em seu art. 105º definiu que os poderes públicos deveriam instituir e amparar serviços e entidades que mantivessem, na zona rural, escolas capazes de

³ O polo pioneiro do Bico do Papagaio foi criado em função do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia – PROAMBIENTE (2003).

⁴ Até 2012 havia cinco territórios no estado do Tocantins. Em 2013 foram criados mais dois, assim, o Estado conta atualmente com sete territórios.

favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais. Desse modo, a educação do campo foi instituída como estratégia para o controle do êxodo rural e as escolas do campo da época adotaram “uma proposta educativa tecnicista, os currículos foram adaptados ao Modelo Tecnicista atendendo os princípios da industrialização, da reprodução, da formação de mão de obra” (NASCIMENTO, 2005).

Paradoxalmente surgiu, também, nessa época diversas iniciativas populares e emergiram movimentos sociais do campo em defesa de uma educação em que o conhecimento técnico pudesse aliar-se ao conhecimento crítico e emancipatório, numa educação para a liberdade (PAULO FREIRE, 2000). Devido à inquietude dos movimentos sociais a educação do campo para o povo que vive no/do campo foi criando uma nova conjuntura política.

Em meados dos anos 60, o regime Militar entre em vigor e passa a reprimir fortemente os movimentos sociais. Somente com a constituição de 1988 e, posteriormente com a LDB de 1996, a educação do campo volta às pautas das políticas públicas.

Ainda na atualidade, apesar do direito legal de adequação da educação para o campo, na prática, este direito não está garantido pelos administradores públicos. A justificativa mais frequente é que manter uma escola situada na zona rural é caro para o estado. Por isso muitas vezes os municípios optam por trazer as crianças da zona rural para as escolas urbanas. Assim, ao longo da história educação rural, no Brasil, sempre se procurou suprimir a cultura desta população, tanto que os jovens, que conseguem frequentar a escola, acabam saindo da área rural, com o agravante de que a maioria não tem o desejo de retornar (LEITE, 2002).

Em contrapartida, o modelo de educação do campo, que vem mostrando resultados no tocante a formar os jovens trabalhadores rurais, sem afastá-los de seu trabalho, se desenvolveu graças à organização da sociedade civil e dos movimentos sociais: o modelo Escola Família Agrícola (EFAs). Essas escolas surgiram no Brasil, mais precisamente no estado do Espírito Santo, no ano de 1969, por meio de colaboração entre Itália e Brasil, mediada pelo Padre Humberto Pietogrande.

Uma EFA é uma Associação de Famílias, Pessoas e Instituições que buscam solucionar a problemática comum da evolução e do desenvolvimento local através de atividades de formação, principalmente dos jovens, sem excluir os adultos (UNEFAB, 2010).

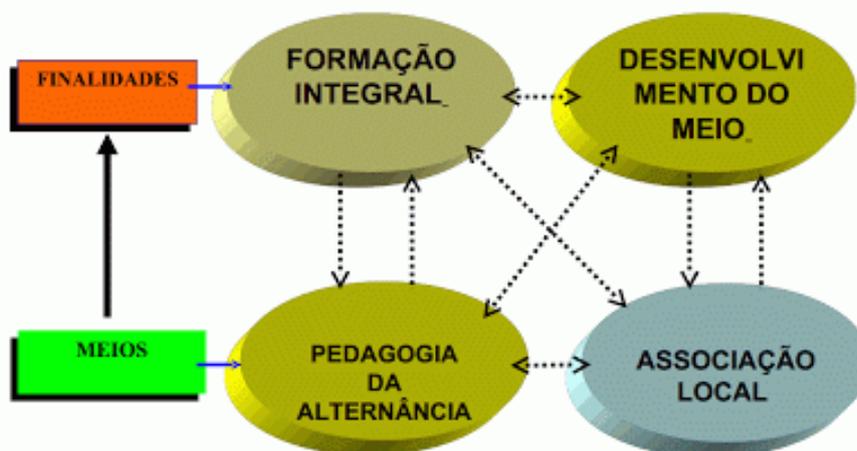
Segundo a União Nacional das Escolas Famílias Agrícola no Brasil (UNEFAB)⁵, que é a entidade representativa das Escolas Famílias Agrícola no Brasil, criada em 1982 e atualmente com sede em Brasília – DF, os objetivos das EFAs é

facilitar os meios e os instrumentos de formação, adequados ao crescimento dos educandos, estes constituindo os principais protagonistas da promoção e do desenvolvimento integral (profissional, intelectual, humano, social, econômico, ecológico, espiritual) e de todo o processo de formação (UNEFAB, 2010).

O trabalho pedagógico desenvolvido nas EFAs se assenta nos quatro pilares, ilustrados na Figura 1.

⁵ A nível internacional, a entidade representativa das EFAs é a AIMFR (Associação Internacional das Escolas Famílias Agrícolas), com sede em Paris, França.

Figura 1: Pilares da formação nas EFAs



Fonte: UNEFAB, (2010).

Como meios para o efetivo funcionamento de uma EFA é fundamental a presença de uma **Associação Responsável** e a presença efetiva das famílias. O trabalho Pedagógico se assenta na **Pedagogia da Alternância**, alterando momentos no ambiente escolar e momentos no ambiente familiar comunitário, organizados em três etapas sucessivas: “observar/pesquisar (meio sócio-profissional); refletir/aprofundar (meio escolar) e experimentar/transformar (meio sócio-profissional)”, na formação de estudantes do meio rural. Como finalidades, busca-se a **Educação/Formação Integral** da pessoa e o **Desenvolvimento Local Sustentável**, por meio da formação dos jovens, suas famílias e demais atores envolvidos, tendo como enfoque principal o fortalecimento da agricultura familiar e inserção profissional e empreendedora dos jovens no meio rural (UNEFAB, 2010).

Segundo dados da UNEFAB, atualmente o Brasil conta com “145 EFAs em funcionamento e outras dezenas em implantação, beneficiando cerca de 13.000 alunos e 70.000 agricultores, e contando com 850 monitores trabalhando” (UNEFAB, 2010). Ainda segundo a mesma fonte, as EFAs brasileiras “já formaram mais de 50.000 jovens dos quais mais de 65% permanecem no meio rural, desenvolvendo seu próprio empreendimento junto às suas famílias ou exercendo vários tipos de profissões e lideranças”.

Estes Centros Educativos em Alternância estão presentes em 20 estados brasileiros, incluindo o Tocantins. E, apesar das diferenças, inclusive no nome (Escola Família Agrícola, Casa Familiar Rural, Escola Comunitária Rural), todos eles têm em comum a Pedagogia da Alternância. Destaca-se que em alguns estados, essa pedagogia é praticada com mais sucesso do que em outros, o que não significa apontar superioridade de um estado para outro, visto que há muitos fatores envolvidos.

Mas a organização da comunidade tem se mostrado fator decisivo, visto que a educação do campo e para o campo tem sido uma conquista dos movimentos sociais que sempre lutaram por direitos iguais e justos, assim a educação exigida pelos movimentos sociais vem lentamente se concretizando nas EFAs.

Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Pe. Josimo (EFA Esperantina)

A Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Pe. Josimo – EFABIP Pe. Josimo (Figura 2) está situada na zona rural a 6 (seis) km do povoado “Vila Tocantins”, no município de Esperantina, distante 680 km da capital Palmas (Figura 2).

Figura 2: EFA – município de Esperantina – TO

Fonte: Relatório da pesquisa CAI (UFT, 2013).

A EFA de Esperantina foi projetada em 2006, para abrigar 200 alunos em regime de internato, sob o sistema de alternância, visando proporcionar conhecimentos técnicos a respeito das atividades agropecuárias voltadas para as características da região, uma demanda antiga da população local.

A unidade foi inaugurada em 2010, mas só entrou em funcionamento em abril de 2016. Como os próprios participantes do colegiado foram os elaboradores da proposta inicial, sem o auxílio de profissionais especializados em construção civil, nem da educação, o orçamento ficou subestimado e incompleto, um dos fatos que levaram a não finalização da construção dentro do cronograma inicial.

Em conversa informal, a coordenadora do Colegiado Territorial relatou que para a construção da unidade foram necessários dois ajustes no orçamento, resultando na contratação de outras duas operações financeiras, mediante convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma em 2007 e outra em 2009. No entanto, os ajustes não permitiram investimentos em áreas experimentais e/ou laboratórios. Apesar de todos os percalços, a unidade entrou em funcionamento em 2016.

Escola Família Agrícola de Riachinho- TO (EFA Riachinho)

As futuras instalações da EFA, mostradas na Figura 3, localizam-se na zona rural do município de Riachinho, a 974 km da capital Palmas. Seu projeto foi proposto em 2008. Por ocasião da última visita para a coleta de dados (março de 2015) constatou-se que as obras estavam paradas. Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, desde 2011 estavam à espera dos recursos oriundos da contrapartida firmada entre o município e o governo do estado do Tocantins.

O projeto é composto por oito módulos que sediarão salas de aulas para 200 discentes, prédio para receber o corpo docente e administrativo e possíveis laboratórios. O regime de trabalho, o projeto político-técnico-pedagógico e o quadro de profissionais ainda não estavam definidos por ocasião da última visita. Também a data em que a obra será concluída era incerta.

No mês de agosto de 2012, o município de Riachinho sediou o Seminário Educação no Campo (Escola família agrícola), iniciativa do MDA, Governo Federal, Prefeitura Municipal de Riachinho e demais parcerias. Neste evento, a associação da EFA de Esperantina se fez presente e a conclusão da EFA Riachinho foi um dos temas dos debates (FOLHA DO BICO, 2012). Apesar de todo empenho, ainda não foram concluídas as obras da EFA Riachinho.

Figura 3: EFA Riachinho -TO

Fonte: Relatório do projeto de pesquisa CAI (UFT, 2013).

Projetos EFA e o desenvolvimento no TBP-TO

Para melhor entender a escolha destes dois projetos, algumas características dos projetos PROINF merecem ser apontadas: Primeiro: apesar da proposta da política de desenvolvimento territorial ser uma forma de fugir das limitações das políticas setoriais, excetuando o investimento ligado à promoção de uma educação de qualidade no meio rural, o perfil dos investimentos dos PROINF revela uma concentração em atividades do setor agrícola.

Segundo: mesmo com todo o esforço no sentido de incentivar a formação de um novo ambiente institucional, fundado no território e no seu Colegiado, existem muitas deficiências de natureza política e nas estruturas técnicas locais. Muitas vezes as dificuldades na concepção de projetos mesclam componentes políticos e técnicos. Isso implica a redução da capacidade de elaboração, implementação e gestão da maioria dos projetos. Este pode ser considerado um fato que gradualmente tem enfraquecido a capacidade de mobilização e articulação dos colegiados em torno da discussão, formulação e proposição de projetos.

Terceiro: considerando que o desenvolvimento precisa ser compreendido não só como estágios ou etapas alcançados ou alcançáveis pelas sociedades humanas, mas como o processo mesmo pelo qual essa evolução se faz, (FAVARETO, 2007), pode-se refletir que o desenvolvimento gerado pelos diferentes projetos, analisados na pesquisa anterior, foi incipiente, com avanços pequenos e localizados. Portanto, nestes projetos de foco educacional, não se esperava resultado diverso.

Cabe destacar que o conceito de desenvolvimento, assumido neste trabalho, é aquele que associa o desenvolvimento ao território e ao desenvolvimento rural em diferentes dimensões (FAVARETO, 2006; 2007, SCHNEIDER, 2009). Portanto, trata-se de um desenvolvimento que abarca questões, para além da perspectiva agrícola e agrária e a educação dos jovens agricultores, emerge como fator relevante para tal desenvolvimento, na perspectiva destes sujeitos (Quadro1).

Quadro 1: Cotejamento dos projetos Escola Família Agrícola de Esperantina e Riachinho – Tocantins com as dimensões do desenvolvimento segundo Favareto(2007) e Schneider (2009)

PROJETOS/ DIMENSÕES	EFA ESPERANTINA	EFA RIACHINHO
Econômica (FAVARETO , 2007)	Não identificada	Não identificada
Social (FAVARETO , 2007)	Evidenciou a união da sociedade civil em torno de um objetivo comum, pois o projeto contou com maior participação e mobilização dos componentes do colegiado e em oposição conflitos de interesse com o poder público.	Evidenciou a mobilização e interação entre os membros locais do colegiado e a gestão do governo municipal.
Ambiental (FAVARETO , 2007)	Não identificada	Não identificada
Interações humanas com o espaço geográfico (SCHNEIDER, 2009)	Projeto localizado no extremo norte do TBP-TO dentro de um dos maiores P.A.	Projeto localizado no extremo sul do TBP-TO próximo à zona urbana.
Relações entre dimensões imateriais, culturais e simbólicas com o espaço (SCHNEIDER, 2009)	Os movimentos sociais locais participaram de todas as fases do projeto. A cultura da participação já existe pelo contexto histórico da região. O projeto é da comunidade local e foi observado o empoderamento da sociedade civil.	O projeto, inicialmente proposto conjuntamente pela sociedade civil e poder público, mas encontra-se sob a responsabilidade do segundo.
Novo regionalismo (SCHNEIDER, 2009)	Existe na perspectiva da sociedade civil que o projeto vá contribuir para o desenvolvimento do território, criando bases para a consolidação de um novo regionalismo. Não foi observada inovação tecnológica ou desenvolvimento econômico.	Existe na perspectiva da sociedade civil que o projeto vá contribuir para o desenvolvimento do território, criando bases para a consolidação de um novo regionalismo. Não foi observada inovação tecnológica ou desenvolvimento econômico.

Fonte: Beraldo (2016)

Pensando-se na dinâmica territorial, o acesso à educação, por meio da formação integral dos filhos dos agricultores familiares da região constitui-se em um importante avanço e fundamento para seu desenvolvimento. Assim, o início das atividades da EFA de Esperantina pode ser considerado indício de desenvolvimento do território ou, pelo menos, é esta a expectativa dos beneficiários. A EFA de Riachinho continua como meta e motivo de organização social e manutenção da luta por sua concretização.

Além do poder da participação, que já faz parte da cultura da população do território, especialmente do extremo norte do território, destaca-se a dimensão geográfica, no tocante à localização das EFAs, uma no extremo norte e outra no extremo sul do território, o que certamente favorecerá o acesso aos estudantes e à comunidade em geral.

Lembrando Schneider *et al.* (2010), o desenvolvimento rural engloba os processos e ações que influem na melhoria das condições objetivas de reprodução social das populações rurais. Engloba, também, uma ampla rede de relações com toda a sociedade, tais como as relações das populações e do espaço rural com os demais processos de mudança econômico-ambiental, técnico-tecnológico, sociocultural, político-institucional e ético-moral, portanto, a educação tem importante papel.

Segundo Abramovay (2006), o desenvolvimento rural ocorre na presença de algumas premissas: 1) O desenvolvimento rural depende de uma democracia local participativa; 2) O desenvolvimento rural-local e democracia local participativa requerem participação organizada da

população do território em questão; 3) A participação organizada da população redefine a maneira de fazer política e é o caminho para avançar rumo à configuração de uma nova hegemonia do poder; 4) A participação organizada e construção de outra hegemonia são condições necessárias para equidade social e redistribuição de projetos de sustentabilidade ambiental.

Estas premissas parecem parcialmente presentes no contexto do TBP-TO. Os projetos das EFAs foram idealizados e acompanhados pela sociedade civil, a partir de aspirações antigas (Quadro 2).

Mesmo que o processo não seja fácil e o conservadorismo, no sentido dos velhos ranços políticos, tenderem a retardar a conclusão dos projetos, o processo de construção das EFAs enquadra-se nas premissas propostas por Abramovay (2006) e a sociedade permanece resiliente, em busca das condições necessárias para equidade social e redistribuição de projetos de sustentabilidade e desenvolvimento do território.

Quadro 2: Cotejamento dos projetos Escola Família Agrícola de Esperantina e Riachinho – Tocantins com as premissas de Abramovay (2006).

PROJETOS/ SEGUNDO ABRAMOVAY (2006)	ANÁLISE	EFA ESPERANTINA	EFA RIACHINHO
Premissa 1- Desenvolvimento rural depende de uma democracia local participativa		Proposto pelo poder público a partir das demandas da sociedade civil organizada.	Proposto pelo poder público a partir das demandas da sociedade civil organizada.
Premissa 2- Desenvolvimento rural-local e democracia local participativa requerem participação organizada da população do território em questão.		Projeto Bottom-up	Projeto Bottom-up
Premissa 3- A participação organizada da população redefine a maneira de fazer política e é o caminho para avançar rumo à configuração de uma nova hegemonia do poder.		Organização da sociedade civil dentro do Colegiado e mobilização para conclusão do projeto	Organização da sociedade civil dentro do Colegiado, ainda depende de acordos com o poder público para conclusão do projeto
Premissa 4 - A participação organizada e construção de outra hegemonia são condições necessárias para equidade social e redistribuição de projetos de sustentabilidade ambiental.		Em processo	Em processo

Fonte: Beraldo (2016)

Os dois projetos foram propostos pelo poder público, uma vez que este é um dos critérios do MDA, ou seja, é da configuração do PROINF que um município deve ser o proponente e, portanto, o responsável pela gestão dos recursos. Esse fato foi considerado um grande problema, dado que os gestores públicos mudam a cada quatro anos e nem sempre os novos gestores dão continuidade aos projetos iniciados em gestões anteriores.

As políticas públicas, neste contexto conservador, acabam se constituindo em políticas de governo e não de estado. E este é um grande desafio para o Colegiado Territorial, que bravamente resiste às mudanças no poder público, mantém-se unido, num exercício de resistência, para garantir o alcance dos objetivos traçados para a educação dos jovens das comunidades rurais, que compõem o território.

Segundo depoimento publicado no site da UNEFAB, por ocasião da inauguração da EFA em Esperantina, as organizações há muito tempo amadureceram a ideia de implantação de uma EFA no território do Bico do Papagaio, desde o ano de 1996, quando realizaram as primeiras visitas de intercâmbios para conhecer a experiência e proposta de EFAs, em outras regiões do país (UNEFAB, 2016).

O sucesso das ações educativas das EFAs, assim como da política territorial, depende da construção de uma nova cultura política, em que os governantes dialoguem com a sociedade civil e que o Colegiado Territorial seja ouvido e exerça um papel ativo nos projetos, em todas as fases do processo.

Considerações finais

Analisar a Educação do Campo, nesse contexto complexo e multifacetado que são as Políticas Públicas, não é tarefa simples. Aliás, a construção do conhecimento – em qualquer campo – provoca deslocamentos de interesses específicos, promovendo paradoxos. Assim, passada mais de uma década da criação do TBP-TO e organização de seu Colegiado, ainda restam dúvidas sobre como as políticas públicas territoriais podem interferir e estimular a construção de um processo de organização no território.

O município de Esperantina foi proponente de quatro projetos PROINF, sendo que três deles foram destinados à construção e implementação de uma Escola Família Agrícola (EFA). E, apesar de toda articulação em torno do projeto, ele demorou muito pra se concretizar, num processo de avanços e retrocessos, inauguração em 2010, como uma escola estadual e somente em 2016, entrou em funcionamento como uma EFA.

O mesmo ocorreu com o município de Riachinho, que foi proponente de três projetos. Um deles, proposto em 2008, foi o de maior valor financiado pelo MDA no TBP-TO e teve finalidade de construir uma EFA no município, mas o projeto ainda não está concluído.

Houve uma mobilização do Colegiado Territorial em torno da construção e implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Esperantina e para o projeto de construção da EFA de Riachinho. Tais projetos foram escolhidos e assumidos pela sociedade civil, por julgarem a educação como prioridade para o desenvolvimento do território. Parece evidente que a história de luta desta região influenciou sua forma de organização e gestão, com aspectos ideológicos e políticos, o que a torna diferente de outros contextos do país.

Mas, será que as EFAs aí construídas poderão exercer um papel importante no desenvolvimento do território? Considerando que a participação organizada e a construção de outra hegemonia são condições necessárias para equidade social e redistribuição de projetos de sustentabilidade ambiental, espera-se que a sociedade civil consiga manter-se na resistência, articulada para a conclusão da EFA de Riachinho e consolidação das EFA de Esperantina.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas/São Paulo: Ed.Unicamp/Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria de los estúdios territoriales. In: MANZANAL, M.; NIEMAN, G. (Orgs.). **Desarrollo Rural: organizaciones, instituciones y territorios**. 1 ed. Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad, 2006.

BERALDO, K. A. **Dimensões do Desenvolvimento Rural: uma Análise dos PROINFS No Território Bico do Papagaio do Tocantins**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

CAVALCANTI, C. R. O movimento nacional por uma educação do campo e os desafios da construção de políticas públicas para a educação do campo no Maranhão In: COUTINHO, A, F (Org.). **Sobre políticas Educacionais no Brasil: interpretações acerca de lutas, conquistas e os desafios para a educação no século XXI**. São Luís: EDUFMA, 2009.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou “inovação por adição”? In: **Estudos Avançados**, v. 28 (68), 2010.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial**. (Tese) Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

- FAVARETO, A. Uma década de experimentações e o futuro das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil. pp. 261-280. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FOLHA DO BICO. **Riachinho: MDA e Prefeitura debatem educação no campo**, 2012
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** / Organizadores. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em < <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf>> Acesso em 18 de Abr. 2016.
- LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2 ed. São Paulo: CORTEZ, 2002.
- NASCIMENTO, C. G. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da escola família agrícola de Goiás – EFAGO**. 2005, 320 fl. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UEC, 2005.
- NIEDERLE, P. A. Política local e a trama das relações de poder no desenvolvimento territorial. In: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Orgs.). **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política pública de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: UFPE, 2014.
- ROCHA, M. R. T. **A rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio (TO): dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista**. (Tese) Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- Schneider, S. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- Schneider, S. Ciências Sociais, Ruralidade e Territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. In: **Campo-Território: revista de Geografia agrária**, v. 4, n. 7, p. 24-62, Fev. 2009.
- Schneider, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. In: **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, Jul./Set. 2010.
- Schneider, S.; MATTEI, L. CAZELLA, A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar 1995-2003. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: 2009. p. 21-50.
- SOARES, Z. A. B. **Agricultura Familiar, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Rural na Região do Bico do Papagaio Tocantins: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento**. (Dissertação) Pós-graduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2009.
- SOUZA, C. Políticas públicas. Uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p.20-45, Jul./Dez. 2006.
- UNIÃO DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLAS DO BRASIL (UNEFAB). **Inauguração da EFABIP Pe. JOSIMO, no Bico do Papagaio - TO, será dia 16 de abril**. Disponível em < <http://www.undefab.org.br/2016/04/inauguracao-da-efabip-pe-josimo-no-bico.html#more>> Acesso em 22 de Abr. 2018.
- UNIÃO DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLAS DO BRASIL (UNEFAB). **Regimento Interno da UNEFAB**. Aprovado pelo Conselho Deliberativo em Dezembro de 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – **Relatório do Projeto CAI : Avaliação da Efetividade do Programa Desenvolvimento Sustentável de Território Rural do Bico do Papagaio – TO**, 2013. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra022.pdf>>. Acesso em: Jun. 2013.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.